

PFL mineiro quer cargos para apoiar mandato ^{presidencial} de cinco anos

Teresa Cardoso

BRASÍLIA — Tomada pelo ressentimento, a bancada do PFL de Minas Gerais decidiu convocar uma reunião com o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves para saber por que é discriminada na distribuição de cargos do governo federal e discutir se ainda vale a pena apoiar um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. A bancada queria que essa reunião acontecesse depois de amanhã, mas o ministro conseguiu um adiamento dizendo que irá para o Sul de Minas durante o Carnaval. O encontro ficou então para depois da quarta-feira de cinzas.

Embora tenha transferido o encontro, nada indica que Aureliano Chaves conseguirá esfriar os ânimos exaltados que dominam a bancada, insatisfeita por entender que o presidente Sarney dá um prestígio irrestrito ao governador Newton Cardoso, esquecendo que os votos para assegurar os cinco anos dependem também dos dez parlamentares da frente liberal. "Sarney pensa que o Newton Cardoso é o dono dos votos de Minas, mas o governador não possui sequer a metade dos 35 votos pemedebistas. Com pode decidir sobre os votos do PFL?", indaga o deputado Lael Varella.

Na opinião desse pefelista, o próprio Aureliano Chaves está sendo desprestigiado em sua liderança, porque na hora de trocar ministros mineiros do PMDB (caso de Aníbal Teixeira no Planejamento e da eventualidade do deputado Milton Reis assumir o lugar de José Hugo Castello Branco na pasta de Indústria e Comércio), o presidente ouve exclusivamente Newton Cardoso. "Enquanto o presidente entrega

recursos e poderes para o Newton indicar ministros, ele massacra os deputados do PFL", diz ainda Lael, prevenindo Sarney quanto aos riscos que ele corre: "Sarney prestigia o governador e esquece que nós é que vamos votar sobre o mandato".

Em sua opinião, dessa reunião com Aureliano Chaves pode resultar até a decisão de a bancada passar a apoiar o encurtamento do mandato presidencial, mas o coordenador do grupo, Christovam Chiaradia, diz que não é bem assim. "Há insatisfações, mas o principal motivo do encontro será a candidatura de Aureliano Chaves à sucessão do presidente Sarney. Queremos saber se ele é candidato mesmo, para o partido começar a se mobilizar em campanha", conta ele. O coordenador da bancada admite, no entanto, contrariedade, e enumera seis cargos federais destinados ao PFL de Minas, cujas nomeações até hoje não saíram. Mais inflamado, o deputado Ronaro Correa pretende chegar a essa reunião acusando o próprio Aureliano Chaves de displicência na briga por esses cargos do governo: "O Aureliano não move uma só palha para o presidente assinar essas nomeações e, há um ano, elas estão prometidas".

Argumentando que a bancada não pode sobreviver com o mal-estar que atinge a todos, Ronaro acha que esse é o momento de saber se o PFL de Minas ainda deve apoiar um mandato de cinco anos para o presidente Sarney. E invoca seus motivos: "o que nós não podemos é ficar apoiando um governo sem receber apoio". O deputado Lael Varella complementa o argumento: "dar sem receber, ninguém dá. Não queremos que Sarney deixe de dar a outros mas que dê também a quem lhe dá apoio".

Acordo previa seis nomeações

Data de fevereiro de 1987 um acordo que a bancada do PFL de Minas Gerais alega ter feito com o presidente Sarney para beneficiar alguns de seus quadros com nomeações no governo federal. Ninguém diz quantos foram esses cargos, mas o coordenador da bancada, Christovam Chiaradia, sempre enfatizando que isso não é fisiologismo, enumerou seis.

1 — A presidência da Usiminas, hoje ocupada por Adhemar Barbosa, que não é político, foi prometida ao ex-deputado federal Paulino Cícero.

2 — A presidência da Florestas Rio Doce, pertencente ao complexo da Vale do Rio Doce, também foi prometida ao ex-deputado João Ferraz.

3 — Ao pefelista Otacílio Miranda foi prometida uma diretoria da estatal Usiminas.

4 — A Saulo Levindo Coelho, suplente de deputado estadual, foi prometida uma diretoria da Açominas.

5 — A outro suplente de deputado estadual, Arnaldo Figueiredo, foi prometida uma chefia do escritório do Instituto Brasileiro do Café, em Minas.

6 — Ao pefelista Marcelo Mendes o governo acenou com uma diretoria da Fosfértil, órgão do ministério das Minas e Energia.